

ALIANÇAS E CONSTRUÇÃO DE CARREIRA: NICOLAS DE BAYE, DE SERVO A ESCRIVÃO DO PARLAMENTO DE PARIS

Paula dos Santos Flores¹

RESUMO

Entre os séculos XIV e XV, a elevação do status social poderia ser um empreendimento difícil, mas não impossível. Dentre as estratégias de ascensão, estava a construção de uma carreira, o que requeria relações com indivíduos poderosos e influentes. Entretanto, em um contexto de conflito, no qual grupos rivais se alternavam no poder, estar aliado a um nobre também poderia ser prejudicial, pois os expurgos ocorridos poderiam destruir uma carreira. No início do século XV, Paris vivia sob constante agitação: além da sombra da Guerra dos Cem Anos, as disputas entre a nobreza francesa mantinham a cidade sob ameaça. A alternância de *armagnacs* e *bourguignones* no poder ocasionou diversas mudanças na composição dos quadros da administração real. O presente trabalho tem como objetivo explorar os aspectos referentes à construção de carreira e à formação de alianças através da análise do caso de Nicolas de Baye. Escrivão do Parlamento de Paris, instância máxima da justiça real, Baye nasceu em condição servil e soube construir uma carreira que resistiu às primeiras alternâncias de poder entre *armagnacs* e *bourguignones*

Palavras-chave: *Armagnacs* e *Bourguignones*; Parlamento de Paris; formação de alianças.

ABSTRACT

During the fourteenth and fifteenth centuries, raising social status could be difficult, but not impossible. The construction of a career was one of the strategies used to ascend the social ranks and it required relationships with powerful and influential individuals. However, in this context of conflicts that allowed the power to move between rival groups, being allied with a given influential noble could be both a boon or a bane, since their fortunes would be shared by association. Paris was under constant agitation and conflict in the early fifteenth century, as the shadow of the war with England and the disputes among the French nobility kept the city under constant threat. Power alternated between Armagnacs and Bourguignones, bringing several changes to the composition of

¹ Mestre e bacharel em História pela UFRGS. Membro do Núcleo de Estudos Medievais – NEMRS/UFRGS. Email: paulaflrs@gmail.com.

the cadres of the royal administration. Investigating the case of Nicolas de Baye, a Paris Parliament clerk, this article will elucidate how a servant-born individual makes use of certain strategies to resist the alternations of power between Armagnacs and Bourgeois.

Keywords: Armagnacs and Bourguignones; Parliament of Paris; formation of alliances.

Submetido em: 13/03

Aceito em: 19/03

Entre 1400 e 1417, Nicolas de Baye exerceu o cargo de escrivão do Parlamento de Paris, a mais alta instância do poder judiciário do reino da França. E, em decorrência de sua posição, circulou entre a nobreza francesa, inclusive ficando na presença do próprio rei. Como membro do judiciário, Baye testemunhou alguns eventos determinantes na política da corte.

No período em que Baye desenvolveu sua carreira no Parlamento de Paris, a nobreza francesa disputava a hegemonia do poder na corte de Carlos VI. O monarca, conhecido como “o Bem Amado”, também recebeu a alcunha de “o Louco” por sua saúde mental instável e episódios em que ficava completamente incapacitado de governar, o que possibilitava que o poder fosse exercido pela nobreza que o circundava.

A influência direta sobre o governo do reino e acesso ao tesouro real tornaram-se objeto de disputa entre o irmão do monarca, Luis de Orléans, e seu tio, Felipe de Borgonha. Através de alianças e ligações familiares, grupos maiores foram mobilizados e articulados: *bourguignons*, apoiando o Duque de Borgonha, e *armagnacs*, apoiando o Duque de Orléans².

O conflito da nobreza tomou contornos de guerra civil em 1411, quando o resto da cidade acabou sendo envolvida, voluntariamente ou não. Entretanto, a disputa pelo poder não se desenvolveu apenas no campo do conflito armado. Cargos da administração real foram preenchidos de acordo com simpatias e apoios políticos. Neste artigo, utilizarei a trajetória de Nicolas de Baye como fio condutor para discutir a possibilidade de ascensão social através do desenvolvimento de uma carreira, e as dificuldades de manter uma posição em um contexto de conflito.

A trajetória de Nicolas de Baye

A importância do cargo ocupado por Nicolas de Baye e o desenvolvimento de sua carreira no Parlamento de Paris contrastam com sua origem servil. Sua circulação pela corte de Carlos VI foi possibilitada construção de uma carreira que teve como base

² Com o assassinato de Luis de Orléans, Charles, seu filho, torna-se duque. A rede de alianças que se agrupa ao redor do jovem duque é liderada por Bernard de Armagnac, sogro de Charles de Orléans, a partir do casamento daquele com Bonne de Armagnac.

sua formação acadêmica e o estabelecimento de laços com indivíduos influentes. A mudança do status social de Baye também foi acompanhada pela mudança de seu nome. Nicolas não é o nome dado à criança que nasceu em Baye, região de Champanhe. O menino, cujo nascimento estima-se em 1364, recebeu o mesmo nome de seu pai, Coleçon le Crantinat. Servo dos senhores de Baye, Coleçon faleceu em 1368, deixando dois filhos menores: Coleçon e Marguerite.

Em 1373, o jovem Coleçon foi liberto de sua condição servil por Gautier de Conflans, cavaleiro e senhor de Baye. Juntamente com a liberdade, ele recebeu a licença de portar tonsura e, com isso, se abriu a possibilidade de iniciar uma carreira no clero. (TUETEY, 1888: I)

Os primeiros estudos de Baye foram como bolsista no Collège de Beauvais, entre 1381 e 1382 e, dando seguimento a sua formação, finalizou seus estudos jurídicos na Universidade de Orléans. O financiamento dos estudos não foi uma peculiaridade da trajetória de Baye, a educação universitária nos séculos XIV e XV era custosa e de difícil acesso para aqueles que não tinham recursos ou que não contassem com o suporte de algum patrocinador. Durante este período, houve um número significativo de estudantes de origem pobre, custeados por bolsas ou subsídios de príncipes ou cidades (GUENÉE, 1987: 26).

Formado em Direito, o ex-servo da região de Champagne exerceu a carreira de advogado em Paris entre 1395 e 1400, quando iniciou sua função no Parlamento de Paris (TUETEY, 1888: IV - V). Nesse momento, Baye registrou em seu diário pessoal as posições até então conquistadas: sub-diácono, mestre em artes, licenciado em direito civil, bacharel em decreto, cônego de Soissons e sacerdote de Montigny-Lencoup (TUETEY, 1888: VI).

Aos trinta e cinco anos de idade, nascido em condição servil, Nicolas de Baye conseguiu conquistar uma posição importante no aparato de justiça do reino. Atualmente, o termo *parlamento* está associado ao poder legislativo, o Parlamento de Paris, no entanto, era a mais alta instância do judiciário francês. E, dentre suas competências estava a de julgar em primeira instância as causas concernentes a pessoas importantes do reino, ou seja, causas tocantes ao rei, à Universidade e todas as pessoas ou comunidades sob salvaguarda real. Também era responsável, em instância de recurso, pela revisão dos processos julgados por bailios, senescais e outras câmaras (GUILLOT; RIGAUDIÈRE; SASSIER, 1998: 225; AUBERT, 1977: VII).

Para a manutenção do funcionamento dessa estrutura, cerca de cem pessoas estavam encarregadas de dar andamento aos processos e investigações necessárias para a aplicação da justiça. (BAYE, Tomo II: 42.) Chamados de conselheiros, inicialmente, estes eram nomeados pelo rei. Entretanto, a partir do reinado de Carlos VI, foi estabelecida a eleição de todos os membros do Parlamento, com o objetivo de garantir a independência e a dignidade do corpo de conselheiros. Desde o começo do século XIV, o elemento profissional se estabelece e se torna permanente. Cada vez menos nobres são admitidos enquanto cresce o número de não nobres com formação em direito para a ocupação dos cargos no Parlamento.

Essa profissionalização do corpo de funcionário do Parlamento encontrou resistência entre a nobreza, que não aceitou o resultado das eleições de 1410. A animosidade foi gerada pelo fato que dentre os seis eleitos não havia nenhum nobre. (BAYE, Tomo I: 348.) A reivindicação era de que os nobres deveriam ter preferência nas nomeações.

O processo de seleção era composto por uma série de etapas: primeiramente, as candidaturas eram submetidas por cartas que continham os títulos e promessas do rei ou de pessoas importantes e influentes. Após a avaliação das qualificações e das cartas de recomendação, alguns conselheiros eram encarregados de realizar investigações sobre as candidaturas. Em seguida, era realizada a seleção dos indivíduos, que deveriam ser pessoas “instruídas e de boa reputação, escolhidas em diversas províncias, condição indispensável, pois o Parlamento tinha sob sua competência todas as províncias e deveria examinar os numerosos costumes do reino” (AUBERT, 1977: XV).

Baye foi também conselheiro do Parlamento, mas é durante seu período como escrivão que centraremos esta investigação. Esse cargo, tão prestigiado quanto o de conselheiro, contava com a vantagem adicional de ser mais lucrativo, tanto pelas remunerações fixas quanto pelos emolumentos vinculados (FAUQUEMBERGUE, Tomo I: IV).

Baye alcançou o cargo de escrivão em 1400, logo após sua eleição para o Parlamento, ocupando a vaga de Jean de Willequin, que havia falecido. Sua eleição cumpriu todos os requisitos do processo de seleção para conselheiro do Parlamento, o que indica que além de possuir os requisitos de qualificação necessários, Baye possuía relações com pessoas em posição privilegiada. A primeira dessas é o apadrinhamento pelo senhor de Baye, Gautier de Conflans. O ponto de partida da carreira de Nicolas está em sua libertação e encaminhamento para os estudos.

No Collège de Beauvais, Baye construiu importantes amizades, que possibilitaram uma posição em seu conselho administrativo. Nicolas ficou encarregado da supervisão da gestão deste estabelecimento e consta sua assinatura nas contas prestadas nos anos de 1397 e 1398 (TUETÉY, 1888: IV). No entanto, a importância dos laços com pessoas importantes fica mais evidente no processo de seleção para conselheiro do Parlamento, pois cartas de recomendação constituíam a primeira etapa, juntamente com a titulação do indivíduo.

Segundo Bernard Guenée, “por mais brilhante que seja nos estudos, a carreira de um jovem ambicioso depende dos apoios que obtém” (GUENÉE, 1987: 29). Dessa forma, as alianças constituíam um elemento fundamental para a ascensão social de um indivíduo na França no final do período medieval.

A ocupação de cargos na administração real por indivíduos de nascimento nobre foi reduzida diante da introdução de indivíduos especializados. Entretanto, o pertencimento a uma família influente ainda era uma importante forma de acesso e crescimento.

Bernard Guenée apresenta duas possibilidades de construção de uma carreira na Idade Média: primeiro, o nascimento entre os membros da nobreza; segundo, uma forma de ascensão que não deriva do nascimento. “Origens modestas não os impedem de construir uma carreira. Se imagina seguidamente a sociedade medieval como uma sociedade imóvel. [...] Muitos não cessaram de subir ou descer os degraus desta hierarquia.” (GUENÉE, 1987: 21-22).

Boas relações em tempos de instabilidade

Já demonstramos a importância das alianças para o estabelecimento de uma carreira. Também já identificamos a influência dos laços de amizade na vida de Nicolas de Baye: graças ao apadrinhamento do senhor de Baye, ele consegue sua liberdade e sua formação, sem as quais jamais conseguiria construir uma carreira na corte. Graças às relações que estabeleceu em Beauvais e Orléans, conseguiu os vínculos que o auxiliaram na obtenção da posição de escrivão do Parlamento.

E nesta condição, Baye pode testemunhar os principais eventos da disputa entre a nobreza francesa pelo poder na corte. Testemunhar é uma palavra, que apesar de adequada, pode nos induzir a uma ideia de afastamento, de distanciamento dos eventos. Essa perspectiva não se aplica a Baye, tampouco ao Parlamento.

Conforme mencionado anteriormente, a partir de 1411, a ampliação do conflito acabou por envolver todos os habitantes de Paris. Assim, em várias situações, as questões relativas ao conflito entraram na pauta do Parlamento, em decorrência de suas competências como instância judiciária, por exemplo, como escrivão, Baye foi à cena do crime do assassinato de Luis de Orléans, conversou com as testemunhas e registrou as circunstâncias do ocorrido.

Em várias outros momentos, o Parlamento e seus funcionários acabaram envolvidos no conflito de forma mais direta, chegando a emprestar dinheiro para financiar as atividades militares de Carlos VI. Além disso, o Parlamento recebia apelos de vários setores da sociedade, que clamavam por segurança diante das inúmeras pilhagens e assaltos ocorridos em função da guerra civil. O Parlamento se recusou a levar essas requisições ao rei utilizando como justificativa que por seu status de representante do rei tinha que fazer justiça e não poderia se juntar a nenhuma causa (BAYE, Tomo II: 100).

Todavia, nem sempre foi possível evitar o envolvimento, diante de ataques do Duque de Borgonha a Paris, os conselheiros foram ordenados a irem montados e armados para dar coragem aos habitantes da cidade. Mesmo diante da recusa, a ordem foi dada e os conselheiros, incluindo Nicolas de Baye cavalgaram em defesa da cidade.³

O Parlamento enfrentou as ocupações *armagnacs* e *bourguignones* e sofreu perdas no corpo de conselheiros em decorrência das rivalidades políticas. Nicolas de Baye se manteve em seu cargo. Diligente e assíduo, Baye só deixou de comparecer ao trabalho por questões de saúde e pelo mesmo motivo solicitou sua saída do cargo.

Eu requeri aos senhores [...] como pela graça de Deus, do Rei e de sua Corte, tendo servido aqui e exercido o ofício de escrivão pelo espaço de dezesseis anos todos inteiros e continuados, porque pelos ditos dezesseis anos não falhei um dia, exceto oito dias que, agora tem onze ou doze anos, que eu estava doente no leito e tanto que cuidava morrer, e exerci meu ofício o mais

³ Montez bien et completamente et habillez, et aussi accompagnez de varlès armez pour accompagner ledit Chancellier à aller par la ville de Paris, afin de tenir les bonnes gens et habitans de Paris en union et seurté, et leur donner bon courage envers le Roy pour obvie, se besoin estoit, au duc de Bourgoigne, qui, comme l'en disoit, approchoit Paris à grant nombre de gens d'armes contre les defenses du Roy. BAYE, Tomo II, p. 164.

lealmente que sabiamente ou graciosamente, porque em officio se público o dito officio, não é possível fazer ao agrado de cada um,[...] porque também estou debilitado de minha visão e não posso registrar bem sem meus óculos⁴

Frequentemente, bibliografia associa Nicolas de Baye ao grupo *armagnac*, essa definição pode, no entanto, ser questionada. Baye é bastante sintético em seus relatos e suas opiniões particulares não aparecem de forma explícita. Como exceção, temos o relato do assassinato de Luis de Orléans, onde, no final de suas anotações, ele escreve que “tão grande senhor, que naturalmente pertencia ao governo, falhou em governar este reino, em tão breve momento terminou seus dias tão horrivelmente e vergonhosamente”⁵.

Em suas funções como escrivão, além do registrar as decisões tomadas nas câmaras, redigir e expedir cartas e executar testamentos, estava a de responsável por receber e guardar as somas depositadas ao Parlamento (AUBERT,1974: 271). Por esse motivo, em 1411, Baye foi convocado pelo duque de Borgonha e ordenado que declarasse os valores e onde se encontravam. Diante de uma das pessoas mais poderosas na Corte francesa, Nicolas de Baye manteve uma posição firme e respondeu que só poderia responder a essa ordem após falar com seus superiores. No dia seguinte, tendo realizado os procedimentos necessários, o escrivão forneceu as declarações solicitadas (BAYE, Tomo II, p. 27-28).

Seria possível definir sua adesão ao grupo *armagnac* a partir destas evidências? Talvez. Um dos argumentos utilizados para comprovar essa afirmação é de que Baye não retornou às atividades do Parlamento em 1418, tendo sido proscrito na tomada de poder dos *bourguignons*. Certamente, não temos elementos para refutar a associação, mas é necessário destacar que ele permaneceu em seu cargo enquanto outras pessoas perderam seus cargos e inclusive foram assassinadas. Isso indica que, se Baye apoiava os *armagnacs*, sua conexão não foi suficiente para colocá-lo na lista dos expurgos até 1418.

⁴ Je requiz à messeigneurs dessus nommez que, comme par la grace de Dieu, du Roy et de sa Court, eusse servi ceans et exercé l'office de graphier par l'espace de seze ans tous entiers et continuez, car par ledis xvj ans onques n'y avoie failli jour, exceptez viij jours que, ores avoit xj ou xij ans, que j'avoie esté malade au lit et telement que je cuidié morir, et eusse exercé mondit office le plus loyaument que sagement ou gracieusement, car en office si publique que est ledit office, n'estoit pas bien possible faire à la grace de chascun, si comme miex le savoient, et y me deust suffire d'avoir servi oudit office si longuement; car aussi estoie-je aucunement debilité de ma veue et ne povoie pas bien enregister sans avoir lunettes. BAYE, Tomo II, p. 273.

⁵ Et lui qui si grant seigneur estoit et si puissant, et à qui naturelement, ou cas qu'il eust falu gouverneur à ce royaume, appartenoit le gouvernement, en si petit moment a finé ses jours moult horriblement et honteusement. BAYE, Tomo I, p. 206.

A partir dos relatos do *Journal*, podemos inferir que independente dos apoios dos indivíduos, o Parlamento se manteve o quanto pode fiel à sua função e aplicar a justiça, subordinando-se apenas ao rei. Essa consideração não deve ser extrapolada para uma “neutralidade” dos indivíduos, mas deve evidenciar que o pertencimento a esta instituição se sobrepõe às suas simpatias pessoais. As considerações sobre este contexto específico, portanto, devem ser cautelosas, pois temos que ter o cuidado de entender o Parlamento e seu posicionamento, sem esquecer que ele é formado por indivíduos com interesses e afinidades distintas.

Alianças como um fator de desvantagem

Um dos casos mais evidentes da relação entre carreira, alianças e suas consequências é o de Jean de Montaigu. Influente no Conselho de Carlos V, Montaigu⁶ foi excluído do Conselho real quando Felipe de Borgonha estabeleceu autoridade quase exclusiva sobre o jovem Carlos VI. Assim, quando se iniciou a disputa entre Felipe e Luís de Orléans, Montaigu direcionou seu apoio ao segundo. E essa escolha, por alguns anos se mostrou proveitosa, pois Montaigu foi

cavaleiro e Grand Maître d’hotel du roi, antes notário e secretário do rei, [...] foi elevado a tal autoridade e eminência que governou o Palácio do Rei, da Rainha e do Delfim, foi soberano das finanças do Rei, não apenas nos palácios do dito senhor e dama, mas também de seus tios e primos⁷.

Montaigu possuía relações com numerosas famílias da alta nobreza e seus familiares dispunham de grande influência. Dos seus irmãos, “um [foi] arcebispo de Sens e presidente da Câmara de Contas e tinha esperanças de ser chanceler da França, o

⁶ “Jean de Montaigu compunha o conselho de Carlos V juntamente com outros indivíduos, o grupo designado “Marmousets”. SCHNERB, 2005, p. 29.

⁷ Chevalier et grant maistre d’ostel du Roy nostre Sire, par avant notaire et secretaire d’icellui Seigneur, homme de basse corpulence, maigre à peu de barbe, legier et apert, hatif en langade, yncl subtil et diligent, aagié de L ans et plus, filz de messire Gerart de Montagu, au temps de son trespas et po avant chevalier et par avant notaire du Roy, et filz comme l’en disoit, lequel messire J., par affection ou souffrance et simplece du Roy et des seigneurs du sanc royal, avoit esté élevé en telle auctorité et eminence qu’il avoit en son temps gouverné toute la maison du Roy et de la Royne et de monseigneur le Dauphin, esté souverain sur les finances du Roy, lequel non pas seulement en l’ostel desdiz seigneur et dame, mais des seigneurs oncles et cousins du Roy. BAYE, Tomo I, p. 291.

outro [foi] bispo de Paris e chanceler do duque de Berry”. Além disso, Montaigu possuía uma complexa rede de alianças baseada no matrimônio de seus filhos.⁸

Mas, a despeito de todos esses relacionamentos e da grande importância obtida através dos cargos ocupados, Montaigu não conseguiu se proteger contra as consequências da queda de Luís de Orléans. Tão logo retornou a Paris, em outubro de 1409, João sem Medo iniciou o que Bertrand Schnerb qualificou como uma “brutal tomada de poder”, na qual Montaigu, tal qual Luis de Orléans, perdeu mais que seu cargo e influência, sendo preso, torturado e enforcado em 1409.

Segundo Schnerb, “para mostrar sua vontade de mudança, ele [João sem Medo] ofereceu uma vítima expiatória na pessoa do *grand maître de l’hôtel du roi*, Jean Montaigu.”⁹ A escolha do alvo não foi aleatória, representava o ponto mais sensível da proposta de reforma de João sem Medo: Jean de Montaigu era o responsável pelas finanças do reino (SCHNERB, 2001: 135).

A morte de Montaigu não foi um assassinato. Não foi a remoção de um indivíduo inimigo ao poderio de Borgonha. Montaigu foi preso sob a acusação de causar a doença do rei e de utilizar os recursos da corte em seu próprio proveito. Durante sua prisão, foi torturado e condenado à forca. O caráter espetacular da execução de Montaigu foi prolongado e apenas em setembro 1412 seu corpo foi retirado da forca, logo antes da entrada do rei, acompanhado dos duques de Borgonha e de Orléans, após o estabelecimento da paz em Auxerre, uma das várias tentativas de estabelecimento da paz entre os príncipes beligerantes.

O caso de Montaigu é o exemplo mais emblemático dos expurgos realizados durante as alternâncias no poder entre *armagnacs* e *bourguignonnes*. Todavia, a disputa não se restringia ao alto escalão e à influência direta sobre o rei. Os duques de Borgonha e de Orléans mobilizaram seus aliados em todas as instâncias da administração real e da justiça na escala local. Como nenhum dos grupos foi capaz de se estabelecer de forma hegemônica, as alternâncias de poder foram acompanhadas de expurgos dos cargos da administração real ocupados por indivíduos que tinham alianças com o grupo rival.

⁸ Qui avoit fait ses ij freres, lun arcevesque de Sens et president de la Chambre des Comptes et estoit esperence qu’il seroit chancelier de France, et l’autre evesque de Paris et chancelier du duc de Berry, et qui avoit marié ses enfans si hautement, comme son filz de l’aage de x ou xj ans à la fille de de messire Charles de Leuret, cousin germain du Roy et connestable de France, l’une de ses filles au conte de Roucy et de Brenne, et l’autre fille au filz dudit conestable, lesquelx fillz et filles dudit Montagu estoient de la fille du feu messire Estienne de la Grange, jadis president en Parlement. BAYE, Tomo I, p. 291.

⁹ Pour montrer sa volonté de changement, il offre même la population parisienne une victime expiatoire en la personne du grand maître de l’hôtel du roi, Jean Montaigu. SCHNERB, 2001, p. 134.

Em 1412, por exemplo, após um tratado de paz, foi estabelecida a restituição dos bens confiscados e a reintegração nos cargos anteriormente ocupados por *armagnacs*. Entretanto, estes já haviam sido ocupados e os bens vendidos ou doados, o que ocasionou uma situação delicada em um contexto de paz recente (BAYE, Tomo II, p. 92-93). Os grupos retomaram os conflitos e as posições na administração do reino foram ocupadas em função de alianças repetidas vezes. Essas práticas não foram exclusivas de nenhum dos grupos, tanto *armagnacs* quanto *bourguignones* realizaram expurgos e assassinatos dos apoiadores de seus inimigos.

A longa duração da guerranão tornava mais fácil a vida dos indivíduos nem mesmo tornava evidente a melhor forma de agir. A breve apresentação do caso de Jean de Montaigu nos mostra o quanto eram delicadas e frágeis as bases que mantinham um indivíduo em uma posição de poder.

E é neste contexto de insegurança e instabilidade que Nicolas de Baye exerceu seu cargo como escrivão do Parlamento de Paris. E são exatamente essas condições que nos permitem observar a habilidade de Baye na manutenção de seu cargo. Afinal, manter sua posição é tão importante quando o processo de construção da carreira em si.

Conclusão

O delicado equilíbrio político de Paris no começo do século XV exigia extrema habilidade dos indivíduos na construção e manutenção de carreiras.

Para construir uma carreira, a partir de uma origem modesta, era necessário estabelecer vínculos com pessoas influentes e, durante o reinado de Carlos VI, a instabilidade política fazia com que uma bela carreira não dependesse apenas do saber e do talento, mas de extrair o melhor dos “poderes flutuantes”.

Estabelecer uma aliança com um dos grupos beligerantes não era difícil: tanto para *armagnacs* quanto para *bourguignones* a obtenção de apoio era fundamental. Para os duques que disputavam o poder, era importante que seus aliados ocupassem lugares nas engrenagens essenciais da administração e da justiça na escala local.

Através de alianças era possível obter cargos importantes e ascender rapidamente, entretanto, as posições obtidas função dos apoios políticos também

apresentavam riscos. Como nenhum dos grupos conseguiu se estabelecer de forma hegemônica, além das violentas invasões na tomada da cidade, eram feitos expurgos nos cargos públicos e todos os apoiadores do grupo rival eram expulsos.

Nicolas de Baye se apresenta como um exemplo de habilidade na construção e manutenção de sua carreira. Ele permaneceu em seu cargo nas alternâncias do poder e só o deixou por sua própria vontade. Além disso, sua situação chama a atenção por se tratar de uma pessoa que nasceu na condição de servo e conseguiu ascender socialmente. Mas é importante ter em mente que a ascensão de Baye não está relacionada exclusivamente suas alianças e, negligenciar sua formação técnica para o cargo, seu sucesso é resultado dos dois fatores em conjunto.

Bibliografia

AUBERT, Felix. *Histoire du Parlement de Paris de l'origine a François Ier 1250-1515*. Paris: Alphonse Picard et Fils editeurs, 1894. Disponível em: <http://archive.org/stream/histoireduparlem01aubeuft#page/n9/mode/2up>

BAYE, Nicolas. *Journal*. In.: TUETÉY, Alexandre. *Journal de Nicolas de Baye, greffier du parlement de Paris, 1400-1417*. Paris: Société de l'histoire de France, 1885.

DEMURGER, Alain. Guerre civile et changements du personnel administratif dans le royaume de France de 1400 à 1418: l'exemple des baillis et sénéchaux. *Francia*, n 6, 1978. p. 151-298.

FAUQUEMBERGUE, Clemente de. *Journal (1417-1435)*. TUETÉY, Alexandre (Ed.). Paris: Société de l'histoire de France, 1815.

GUENÉE, Bernard. *Entre l'église et l'état: Quatre vies de prélats français à la fin du Moyen Âge*. Paris: Gallimard, 1987.

GUILLOT, O.; RIGAUDIÈRE, A.; SASSIER. *Pouvoirs et institutions dans la France médiévale: Des temps féodaux aus temps de l'État*. Paris: Armand Colin, 1998.

SCHNERB, Bertrand. *Armagnacs e Bourguignons: La maudite guerre 1407-1435*. Paris: Perrin, 2001.

TUETÉY, Alexandre. *Inventaire de Nicolas de Baye, chanoine de Notre-Dame, greffier du Parlement de Paris sous Charles VI (1419), précédé d'une notice biographique par*

Alexandre Tuetey. Paris, 1888. Disponível em:
<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6459914g>